

Formação de professores na perspectiva da Educação Popular interdisciplinar e alternante: uma análise documental da EduCampo/UFRGS

*Teacher Education from the Perspective of Interdisciplinary and Alternating
Popular Education: A Documental Analysis of EduCampo/UFRGS*

*Formación de Docentes desde la Perspectiva de la Educación Popular
Interdisciplinaria y Alternante: Un Análisis Documental de
EduCampo/UFRGS*

Fernanda dos Santos Paulo¹

<https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

Dilmar Luiz Lopes²

<https://orcid.org/0000-0001-6862-8900>

Antonio Marcos Teixeira Dalmolin³

<https://orcid.org/0000-0002-9634-622X>

RESUMO: O artigo analisa os desafios e contribuições do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com foco na integração da Educação Popular no currículo. O objetivo é investigar a implantação do curso, avaliando possibilidades, dificuldades e contradições encontradas entre 2014 e 2024. A pesquisa, de natureza documental, qualitativa e exploratória, utiliza como corpus os Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs). O referencial teórico baseia-se na Educação Popular, destacando princípios filosóficos e políticos, a Pedagogia da Alternância, que articula educação e trabalho, e a interdisciplinaridade como método e conteúdo na construção do conhecimento. Os resultados mostram que o EduCampo adota uma abordagem interdisciplinar e de alternância, conectando teoria e prática com os saberes locais das comunidades rurais. Essa formação docente busca atender às populações do campo, promovendo justiça social e emancipação. Conclui-se que a articulação política com os Núcleos Comunitários fortalece a coerência da proposta pedagógica, assegurando especificidade e relevância na formação de educadores capazes de transformar realidades no campo, contribuindo para a consolidação de uma Educação Básica

¹ Educadora Popular. Doutora em Educação. Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre. E-mail: fernandapaulofreire@gmail.com

² Doutor em Educação. Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre. E-mail: dilmar.lobes@ufrgs.br

³ Doutor em Educação em Ciências. Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre. E-mail: antoniiodalmolin@gmail.com

crítica e de qualidade social para as comunidades rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Educação do Campo; Formação de Professores.

ABSTRACT: The article analyzes the challenges and contributions of the Bachelor's Degree in Rural Education – Natural Sciences (EduCampo) at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), focusing on the integration of Popular Education into the curriculum. The objective is to investigate the implementation of the course, evaluating the possibilities, difficulties, and contradictions encountered between 2014 and 2024. The research, which is documentary, qualitative, and exploratory in nature, uses the Pedagogical Course Projects (PCPs) as its corpus. The theoretical framework is based on Popular Education, highlighting its philosophical and political principles, the Pedagogy of Alternation, which links education and work, and interdisciplinarity as both a method and content in knowledge construction. The results show that EduCampo adopts an interdisciplinary and alternating approach, connecting theory and practice with the local knowledge of rural communities. This teacher training aims to meet the needs of rural populations, promoting social justice and emancipation. It is concluded that the political articulation with Community Centers strengthens the coherence of the pedagogical proposal, ensuring specificity and relevance in the training of educators capable of transforming rural realities, contributing to the consolidation of a critical and socially relevant Basic Education for rural communities.

KEYWORDS: Popular Education; Rural Education; Teacher Training.

RESUMEN: El artículo analiza los desafíos y contribuciones del curso de Licenciatura en Educación del Campo – Ciencias de la Naturaleza (EduCampo) de la Universidad Federal de Río Grande del Sur (UFRGS), con un enfoque en la integración de la Educación Popular en el currículo. El objetivo es investigar la implementación del curso, evaluando las posibilidades, dificultades y contradicciones encontradas entre 2014 y 2024. La investigación, de naturaleza documental, cualitativa y exploratoria, utiliza como corpus los Proyectos Pedagógicos del Curso (PPCs). El marco teórico se basa en la Educación Popular, destacando sus principios filosóficos y políticos, la Pedagogía de la Alternancia, que articula educación y trabajo, y la interdisciplinariedad como método y contenido en la construcción del conocimiento. Los resultados muestran que EduCampo adopta un enfoque interdisciplinario y de alternancia, conectando teoría y práctica con los saberes locales de las comunidades rurales. Esta formación docente busca atender a las poblaciones del campo, promoviendo justicia social y emancipación. Se concluye que la articulación política con los Núcleos Comunitarios fortalece la coherencia de la propuesta pedagógica, asegurando especificidad y relevancia en la formación de educadores capaces de transformar realidades en el campo, contribuyendo a la consolidación de una Educación Básica crítica y de calidad social para las comunidades rurales.

PALABRAS CLAVE: Educación Popular; Educación Rural; Formación de Profesores.

Introdução

A Educação do Campo não é um projeto neutro: ela expressa, de forma explícita, a disputa de classe presente na sociedade e na educação. Essa modalidade educativa nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre as políticas públicas de educação. Seus objetivos se vinculam a questões do trabalho, da cultura popular, do conhecimento e das lutas sociais camponesas, bem como às suas implicações na construção de um projeto societário alternativo.

Enquanto processo histórico, a Educação do Campo resulta de acúmulos, práticas sociais e debates ainda em curso. Caldart (2012, p. 257) destaca que, como conceito em construção, ela “já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações”, sem, contudo, se descolar do movimento social e político que lhe deu origem.

Essa concepção constitui e estrutura um projeto específico de Educação do Campo, o qual, por sua vez, está inserido em uma totalidade maior: a de um projeto de sociedade. Nesse horizonte, a Educação Popular emerge como eixo articulador desta proposta formativa. Concebida como prática político-pedagógica comprometida com a emancipação dos sujeitos e enraizada nas lutas populares, a Educação Popular, inspirada em Paulo Freire, compreende o saber como construção coletiva, situada e transformadora. Trata-se de uma corrente político-pedagógica fundada na Pedagogia Crítica⁴ (Freire, 2028), que reconhece a educação como prática social e ato político.

A origem e o desenvolvimento do projeto curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFRGS trazem consigo elementos fundantes de sua proposta formativa, pautada na formação de educadores comprometidos com as populações do campo, historicamente mobilizadas por uma educação pública de qualidade. Esses educadores devem estar aptos a atuar em espaços escolares e não escolares, contribuindo para a construção de uma Educação Básica do e no campo que articule teoria e prática em um currículo crítico, conforme perspectiva defendida por Giroux (1997).

A proposta curricular do curso estrutura-se em três perspectivas teórico-metodológicas fundamentais: (a) a matriz teórica da Educação Popular; (b) a Pedagogia da Alternância; e (c) a interdisciplinaridade como princípio orientador da superação da fragmentação dos saberes nos processos de formação docente. A implementação do curso representa um importante desafio para a educação no campo, sobretudo no que diz respeito à garantia da qualidade de

⁴ Para Paulo Freire, a pedagogia crítica é uma prática educativa comprometida com a transformação social, fundamentada na consciência do inacabamento humano e na capacidade de intervenção no mundo. Parte da compreensão de que todos os sujeitos são históricos, inacabados e educáveis, e que essa inconclusão abre espaço para a curiosidade, para a busca e para a esperança - elementos centrais do processo educativo. A pedagogia crítica se constitui como uma ação ética, estética, política e dialógica que respeita a experiência, a cultura e o saber dos educandos. Trata-se de uma prática que desafia o fatalismo e a imobilidade, promovendo a leitura crítica do mundo como base para a leitura da palavra, e assumindo a educação como ato de liberdade e de compromisso com a justiça social. Ao professor ou professora, cabe o papel de criar condições para que os estudantes se reconheçam como sujeitos da história, capazes de conhecer, transformar e sonhar com um mundo mais humano.

vida de seus povos. Com base no referencial teórico assumido (Freire, 1987; Brandão, 2025; Caldart, 2023), observa-se que a proposta conseguiu avançar na articulação entre saberes locais e acadêmicos por meio dos Núcleos Comunitários, implantados a partir de 2023, como forma de assegurar coerência e especificidade à formação.

Para responder aos objetivos deste artigo, adota-se o recurso metodológico da pesquisa qualitativa em educação, por meio da análise documental. Os procedimentos de investigação foram realizados a partir do estudo e levantamento de questões emergentes dos Projetos Pedagógicos do Curso (UFRGS, 2013 e 2018), tendo como questões norteadoras: (a) como se expressa a dimensão interdisciplinar na formação docente?; (b) de que forma a Pedagogia da Alternância potencializa os espaços/tempos formativos?; (c) como as referências e práticas do campo da Educação Popular são incorporadas à proposta curricular?

Assim, o objetivo deste artigo é analisar como os princípios da Educação Popular, da Pedagogia da Alternância e da interdisciplinaridade estão incorporados nos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2014 a 2024.

Contexto e origem da Educação do Campo na UFRGS

A Educação do Campo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem suas raízes na implementação do Programa Especial de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo– Ciências da Natureza (EduCampo). Esse curso foi concebido em resposta ao Edital nº 02/2012 do Ministério da Educação (MEC), vinculado ao Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). O objetivo central era formar professores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com foco em áreas como Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas.

O Curso de Licenciatura Educação do Campo – Ciências da Natureza foi aprovado como Programa Especial de Graduação (PEG) por meio da Resolução nº 30/2014 pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Ele previa três entradas com 120 estudantes, nos anos de 2014, 2015 e 2016. Hoje, a Educampo já formou quatro turmas, tendo a quarta concluído o curso em dezembro de 2024.

A primeira turma da EduCampo, iniciada em 2014, seguiu o regime de alternância, que combina períodos de formação no campus universitário (Tempo-Escola) e nas comunidades

camponesas (Tempo-Comunidade). Esse modelo pedagógico promove a integração entre teoria e prática, valorizando os saberes e as vivências das populações do campo.

Desde então, quatro turmas foram implementadas nos mesmos moldes, formando educadores capacitados para atuar em escolas rurais e em outros espaços educativos vinculados ao desenvolvimento sustentável do meio rural. Essa continuidade reforça o compromisso institucional com a formação de profissionais comprometidos com os territórios, capazes de articular saberes acadêmicos e populares em prol da justiça social e da permanência qualificada no campo.

A proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza Educação do Campo (UFRGS, 2013) - é organizada no regime de alternância, que combina *Tempo-Universidade* e *Tempo-Comunidade*. Essa metodologia busca conectar a formação teórica, realizada no campus universitário, com a prática pedagógica desenvolvida diretamente nas comunidades camponesas. A estrutura do curso é interdisciplinar, com foco na área de Ciências da Natureza, incluindo conteúdos de Química, Física, Biologia, Matemática e Ciências Agrárias, abordados de forma integrada e contextualizada às realidades do campo.

O currículo também promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde as etapas iniciais, garantindo que as atividades acadêmicas sejam orientadas pelas demandas e especificidades das comunidades rurais. O objetivo é formar educadores capazes de atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo, bem como em espaços educativos não escolares, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a valorização das territorialidades culturais das populações do campo.

A parceria entre a Faculdade de Educação (FACED) e a Faculdade de Agronomia (FAGRO) foi importante para o desenvolvimento do curso, unindo conhecimentos interdisciplinares e práticas pedagógicas contextualizadas. Além disso, o curso dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo, 2002, e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRGS, que prioriza a inclusão, a diversidade e a formação de professores para atender às demandas das populações do campo.

A EduCampo consolidou-se como uma referência no ensino superior, não apenas pela formação de professores, mas também pela sua contribuição para a luta por uma educação pública diferenciada e de qualidade para as comunidades rurais, respeitando suas especificidades culturais, sociais e políticas. Entre os anos de 2014 e 2022 foram formadas quatro turmas de licenciandos em Educação do Campo - Ciências da Natureza.

Na Turma 5 (2023/1) do curso EduCampo da UFRGS, foram previstos dois núcleos comunitários como estratégia para descentralizar as atividades do Tempo-Universidade, anteriormente realizadas no campus da universidade, para espaços nas comunidades. Ao construir redes de interação com as comunidades, esses núcleos são organizados em parceria com prefeituras ou instituições locais, mediante Termos de Cooperação⁵, e devem oferecer infraestrutura para aulas, alimentação e atividades experimentais. Destinam-se a estudantes provenientes de populações do campo, como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e professores das escolas do campo. As atividades realizadas nesses núcleos seguem o modelo de alternância entre Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, promovendo práticas educativas interdisciplinares que dialoguem com as demandas locais. Além disso, as instituições parceiras ficam responsáveis por garantir o espaço para as aulas, transporte e apoio aos estudantes, fortalecendo a relação entre a universidade e os territórios rurais e contribuindo para uma formação contextualizada e integrada às necessidades das comunidades.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na pesquisa documental como método principal de investigação. A pesquisa documental é amplamente utilizada em estudos educacionais por permitir a análise de registros escritos — oficiais ou institucionais — com o objetivo de compreender fenômenos sociais, educacionais e políticos (Lüdke; André, 1986).

O corpus da pesquisa é constituído por documentos oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com destaque para os Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs) da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, referentes aos anos de 2013 e 2018. Também foram consultadas resoluções normativas, regimentos internos, atas de colegiado, relatórios institucionais e documentos legais relacionados à regulamentação da Educação do Campo. A seleção dos Projetos Pedagógicos do Curso justifica-se por sua

⁵ Conforme o disposto na Lei nº 13.019/2014, o Termo de Cooperação é o instrumento jurídico adequado para formalizar parcerias sem transferência de recursos financeiros, entre entes públicos. No caso de cooperações técnicas entre universidades federais e prefeituras, tal instrumento é utilizado para viabilizar atividades de ensino, de extensão ou pesquisa, respaldadas também pelo art. 207 da Constituição Federal, que garante a autonomia universitária, e pelo Decreto nº 8.726/2016, que regulamenta os procedimentos dessas parcerias. São os casos das parcerias com as prefeituras das cidades de Nova Santa Rita e Capivari do Sul, ambas situadas na região metropolitana de Porto Alegre – RS.

centralidade na compreensão da estrutura curricular, dos fundamentos teórico-metodológicos e das práticas pedagógicas adotadas pelo curso EduCampo/UFRGS.

A análise foi orientada por uma abordagem crítica e interpretativa, com base na análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica permitiu examinar os conteúdos explícitos e implícitos dos documentos, possibilitando revisitações sucessivas aos materiais, aprofundando a interpretação à luz do referencial teórico adotado. Inspirando-se em Zitkoski (2022), assumiu-se que as experiências formativas inovadoras na Educação do Campo articulam três dimensões indissociáveis:

1. Epistemológica: voltada à construção de conhecimento por meio de pesquisas participativas, temas geradores e diálogo de saberes;
2. Metodológica: centrada na organização curricular interdisciplinar e na docência compartilhada;
3. Política: expressa na adoção da Pedagogia da Alternância como projeto intencional de ruptura com a lógica disciplinar e de articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Com base nesse referencial, foram definidas três categorias analíticas norteadoras da análise: a) A Educação Popular na formação docente; b) A Pedagogia da Alternância como fundamento político-pedagógico; c) A interdisciplinaridade como conteúdo e forma organizacional do currículo.

Essas categorias foram utilizadas para orientar o processo de codificação inicial dos documentos e organizar os dados em matrizes analíticas, possibilitando a sistematização de padrões, recorrências e singularidades no material analisado. A triangulação interna entre os pesquisadores foi empregada como estratégia de validação das interpretações, reforçando a confiabilidade da análise. A análise documental teve como objetivo central compreender de que modo os fundamentos da Educação Popular, da Pedagogia da Alternância e da interdisciplinaridade estão incorporados nos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFRGS, no período de 2014 a 2024. Procurou-se, ainda, identificar temas relevantes à trajetória do curso, subsidiar a seleção de metodologias adequadas ao contexto rural e diagnosticar aspectos estruturais do Projeto Político-Pedagógico (PPP), com vistas ao aprimoramento contínuo da proposta formativa.

Breves apontamentos da historicidade da Educação Popular

Segundo Silvia Manfredi (1986), a Educação Popular, para ser reconhecida em uma
Dimensões Docentes, Porto Alegre, n. 3, v.1, p. 04-30, 2025

perspectiva crítica, primeiramente, precisa atuar como prática autônoma. Além disso, deve contribuir para a construção de um saber que sirva como instrumento de libertação para as classes trabalhadoras. Por fim, é uma prática educativa que exerce a capacidade de direção. Segundo Damascene (1988), esses princípios tornam-se ainda mais significativos ao serem analisados no contexto social em que se inserem, considerando a práxis pedagógica como elemento crucial para formar sujeitos políticos.

Para Brandão ([s.d.2]), a Educação Popular é uma prática educativa conectada com as classes populares. Ela promove o protagonismo desses grupos em processos transformadores, combinando prática pedagógica e ação política. No Brasil, a Educação Popular encontrou raízes nos anos 1960, especialmente em movimentos como o de Cultura Popular e o Método Paulo Freire de Alfabetização. Esse conceito se relaciona diretamente com uma crítica à hegemonia política e econômica e propõe uma educação emancipadora e dialogal.

Na América Latina, sua construção tem origem nas experiências culturais e educativas no final da década de 1960. No Brasil, destaca-se pelas práticas de alfabetização popular rural, como as 40 Horas de Angicos, que marcaram sua consolidação como uma pedagogia de base humanista e transformadora (Brandão, [s.d.3]).

Ainda, em conformidade com Brandão ([s.d.], s.p.):

A recente *Educação do Campo* talvez seja a sua melhor evidência. E não ao acaso Demerval Saviani é um dos autores mais lembrados entre os verbetes do Dicionário da Educação do Campo, cuja primeira edição é, relembro, já do século XXI, assim como os documentos que estabelecem a sua proposta 20. De igual maneira neste dicionário Paulo Freire é lembrado de passagem, quando não omitido, e quase sempre apenas através da Pedagogia do oprimido. O mesmo acontece com outros educadores populares da vertente freireano-dialógica, à exceção justamente do verbete: Educação Popular .

Carlos Rodrigues Brandão está articulando uma reflexão sobre as relações e as distinções entre a Educação Popular e a Educação do Campo, destacando a dimensão histórica e política e suas conexões teóricas. Ele aponta para dois aspectos principais:

- a) *Educação Popular como uma matriz crítica e transformadora*: a Educação Popular visa a transformação social ao dar protagonismo às classes populares. Suas raízes nos movimentos dos anos 1960 e 1970, como os de Cultura Popular e o Método Paulo Freire, marcam sua orientação emancipadora e crítica às estruturas hegemônicas políticas e econômicas.
- b) *Educação do Campo como uma concepção política importante, necessária, específica e contemporânea*: destaca que a Educação do Campo é uma manifestação recente, *Dimensões Docentes*, Porto Alegre, n. 3, v.1, p. 04-30, 2025

consolidada no século XXI. Ao não mencionar no Dicionário (Caldart, 2012) a vinculação da Educação Popular e de autores(as) desta perspectiva sugere que a Educação do Campo pode estar omitindo as relações existentes entre a Educação Popular e Educação do Campo. Ou seja, Brandão observa que, apesar das conexões entre essas vertentes, há lacunas no reconhecimento da contribuição de educadores populares no campo teórico da Educação do Campo, especialmente os de orientação freiriana. A referência a Paulo Freire ser lembrado “de passagem” sugere uma crítica às abordagens que reduzem sua contribuição, especialmente, à obra *Pedagogia do Oprimido*, ignorando sua influência mais ampla e outros estudos existentes.

Brandão busca chamar atenção para a continuidade e os desafios das práticas e teorias da Educação Popular na contemporaneidade, especialmente na forma como se relacionam com a Educação do Campo, inclusive citando as contribuições do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI (1982). Ele evidencia a necessidade de reconhecer a profundidade histórica e a influência de educadores como Paulo Freire e de experiências como o CEDI e Movimento de Educação de Base - MEB, enquanto também celebra os avanços e especificidades da Educação do Campo, que incorporam questões mais recentes e localizadas.

Brandão retoma um texto escrito em 1981 no livro *A educação como ato político partidário*, afirmando que “um momento do trabalho político de criação de uma nova educação, uma educação sob controle de um poder popular e, portanto, uma Educação Popular” (1988, p. 21). Com isso, o autor reforça a dimensão política constitutiva da Educação Popular, entendendo-a como um processo vinculado à construção de projetos contra-hegemônicos e ao fortalecimento do poder popular nos territórios. Sua afirmação destaca que não há neutralidade na organização do trabalho educativo: ao contrário, trata-se de uma escolha ideológica pela emancipação, realizada em espaços de disputa e criação coletiva de sentidos.

Paulo (2018) apresenta a Educação Popular como práxis que pressupõe uma prática política e pedagógica enraizada nas experiências das classes populares, que busca transformar as relações sociais e promover a emancipação coletiva. Isto é, trata-se de uma perspectiva político-pedagógica, estética, ética e interdisciplinar que integra a práxis educativa com a ação transformadora. Do ponto de vista pedagógico, a Educação Popular valoriza os saberes comunitários e promove o diálogo problematizador como método central, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem contextualizado, significativo e transformador. Politicamente, ela se posiciona como uma prática social de luta contra as

desigualdades e as hegemonias econômicas, educacionais e culturais, defendendo a construção de uma sociedade mais justa, humanizada e igualitária. A Educação Popular, em sua dimensão ética, valoriza o respeito à dignidade humana e reconhece cada sujeito como agente de sua própria história. Essa concepção é humanista e no campo da formação escolar, concebe que a interdisciplinaridade ao buscar articular diferentes campos do saber para responder aos desafios complexos da realidade contribui para a formação humana integral e integradora. Assim, compõe dialogicamente as dimensões sociais, políticas, educacionais e culturais em interação com as políticas intersetoriais (Paulo, 2018; 2023).

Concernente a história da *Educação do Campo* enquanto conceito foi formalizado na *I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*, em 1998, em Luziânia (GO). Originalmente chamado de *Educação Básica do Campo*, o termo passou a ser denominado para Educação do Campo em discussões posteriores, incluindo o *Seminário Nacional* de 2002 e a *II Conferência Nacional* de 2004. (Mollina; Caldart; Kolling, 2002). O conceito busca contrapor a Educação Rural tradicional, trazendo uma perspectiva que valorize as especificidades dos povos do campo e suas demandas educativas em consonância com suas realidades socioculturais.

Em estudos recentes que tratam da Educação do Campo, observamos a relação entre os princípios da Educação Popular e as políticas públicas voltadas à formação de professores na Educação do Campo, revelando um compromisso com práticas pedagógicas contextualizadas e transformadoras. No campo das metodologias de formação docente, a Educação Popular tem se destacado por sua capacidade de reconhecer e dialogar com a diversidade e a complexidade dos territórios rurais (Lavor; Andrade; Paz, 2024). Trata-se de uma perspectiva político-pedagógica fundamentada na pedagogia crítica, que orienta práticas educativas comprometidas com a transformação social e com a valorização dos saberes populares, constituindo-se como eixo estruturante no processo de formação de professores para a Educação do Campo. O texto enfatiza a importância de formar professores que sejam capazes de adaptar suas práticas à diversidade cultural e social do campo. Da mesma forma, a interação entre escola e família aparece como um elemento fundamental, destacando o papel das políticas públicas em fortalecer a conexão entre escola e comunidade (Santos, 2024). O conceito de Educação Popular aparece vinculado à luta histórica por direitos educacionais no campo e pela construção de uma pedagogia que atenda às necessidades das comunidades rurais. Além disso, os desafios enfrentados no ensino multisseriado e na formação docente evidenciam a necessidade de maior

alinhamento entre as demandas das comunidades rurais e as práticas pedagógicas adotadas (Silva Junior, 2024). Por fim, os movimentos sociais são reconhecidos como cruciais na construção de uma Educação do Campo inclusiva e antirracista, influenciando políticas públicas que promovam a inclusão e a justiça social (Costa, et al., 2024). Educação Popular é mencionada no contexto das práticas educativas promovidas por movimentos sociais, especialmente na luta contra desigualdades e discriminação no campo. Essa intersecção entre teoria e prática reafirma a importância de uma formação docente crítica, situada e comprometida com as realidades do campo.

A Educação Popular baseia-se em uma perspectiva político-pedagógica que busca promover a emancipação das pessoas e valoriza o diálogo como elemento central na construção do conhecimento contextualizado, crítico e situado eticamente. Quando associada à formação de professores, essa perspectiva destaca a importância de prepará-los para trabalhar em realidades específicas, como as das comunidades rurais. Nesses contextos, é fundamental respeitar os saberes locais e incentivar uma educação que seja crítica e transformadora.

Lavor, Andrade e Paz (2024) apontam que as metodologias ativas, inspiradas nos princípios da Educação Popular, ajudam a fortalecer a autonomia dos estudantes e favorecem práticas pedagógicas adaptadas às particularidades de cada comunidade. Nesse mesmo sentido, Silva Junior (2024) destaca a relevância dessa abordagem na formação de professores que enfrentam os desafios das classes multisseriadas e das comunidades rurais. Demonstra como a formação docente pode ser uma ferramenta de resistência e de promoção da justiça social.

As contribuições dos autores destacam a estreita relação entre os princípios da Educação Popular e as políticas públicas voltadas à formação de professores no contexto da Educação do Campo. A abordagem enfatiza a importância de práticas pedagógicas emancipatórias, que valorizem os saberes locais e promovam o protagonismo das comunidades rurais. Por exemplo, metodologias ativas, como relatado no artigo de Lavor et al. (2024), fortalecem a autonomia dos estudantes e a contextualização da aprendizagem. Esse alinhamento reflete um esforço de consolidar uma educação crítica e transformadora como direito das populações do campo, respaldado por legislações como o PRONACAMPO e a Resolução CNE/CEB nº 1/2002.

Assim, o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFRGS dialoga diretamente com esses achados, pois adota a pedagogia da alternância e uma matriz curricular interdisciplinar que integra as dimensões comunitárias e acadêmicas. Essa estrutura curricular, descrita nos documentos do curso, privilegia práticas docentes baseadas

em contextos reais e demandas locais, promovendo uma formação alicerçada na justiça social e no reconhecimento das especificidades culturais e econômicas do campo. Além disso, o curso incorpora a Educação Popular como eixo importante, potencializando a formação de professores capazes de enfrentar os desafios de classes multisseriadas e fomentar uma educação antirracista e inclusiva.

De tal modo, a Educação Popular não é apenas uma orientação para o planejamento pedagógico; ela posiciona o professor como um agente de transformação, especialmente em contextos historicamente marginalizados, reforçando o papel da educação como um instrumento de mudança.

A Educação Popular e alguns pressupostos da Educação do Campo

Historicamente, o conceito de Educação Popular foi utilizado com outros sentidos, o que permitiu a ambiguidade do termo (Paulo, 2018). Ou seja, a compreensão de Educação Popular enquanto política de governo tinha como objetivo integrar o povo ao desenvolvimento socioeducacional. Já a Educação Popular produzida pelas e com as classes populares (Wanderley, 1980) é protagonizada pelo povo. E, de acordo com Paludo (2012), considera as relações de classe, gênero e raça vinculadas à luta política, cultural, educacional e ao projeto de sociedade. Nessa direção, o curso possui em sua grade curricular a Educação Popular como um eixo articulador dos processos educativos. No entanto, a sua relação com as lutas e movimentos populares do campo ainda é frágil, na direção de estabelecer os vínculos necessários para a sua análise e compreensão.

A Educação Popular e a Educação do Campo no Brasil emergem como respostas históricas às demandas por uma educação alternativa, inclusiva e emancipatória, voltada para populações historicamente excluídas, especialmente no contexto rural. Essas propostas educacionais têm suas raízes em movimentos sociais e políticas públicas que ganharam força a partir da década de 1970, quando as reivindicações por uma educação contextualizada e alinhada às especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais se intensificaram. A Constituição Federal de 1988 representou um marco legal importante ao garantir o direito à educação para todos, impulsionando iniciativas que buscavam superar as desigualdades educacionais no campo.

A Educação Popular, inspirada nas ideias de Paulo Freire, consolidou-se como um movimento político e pedagógico que propõe uma prática educativa crítica, dialógica e

transformadora. Já a Educação do Campo surgiu como uma proposta pedagógica que valoriza os saberes locais, a identidade cultural e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Essas duas vertentes convergem na luta por uma educação pública de qualidade, que respeite e promova a diversidade dos territórios rurais, rompendo com a lógica colonizadora e adaptativa da educação tradicional.

Segundo Brandão ([s.d.1.]), a Educação Popular surge na América Latina nos anos 1960 como um processo em que as classes populares se tornam protagonistas de transformações sociais. Essa proposta radicaliza práticas pedagógicas e políticas, não como serviços suplementares, mas como caminhos para que as classes populares determinem seu destino mediante uma educação para a transformação. No entanto, Brandão critica a forma como o Dicionário da Educação do Campo (2012) trata a relação entre Educação Popular e Educação do Campo, apontando que a obra frequentemente omite ou minimiza a herança e influência freiriana, restringindo as referências a Paulo Freire principalmente ao livro *Pedagogia do Oprimido*.

No Dicionário da Educação do Campo, organizado por Caldart et al. (2012), a Educação Popular é abordada de forma central no verbete elaborado por Conceição Paludo, que destaca seu marco epistemológico, político e metodológico, com foco na transformação social e na conscientização política. Paludo e Doron (2012) enfatizam a influência da Educação Popular nas práticas educativas e políticas do Movimento de Mulheres Camponesas, destacando a crítica à educação capitalista e a construção de alternativas emancipatórias. Oliveira e Campos (2012) também apresenta a Educação Popular como estratégia para transformar a educação rural tradicional em uma educação crítica e emancipatória, ligada às demandas das classes populares.

Xavier (2006) introduz o conceito de Educação Popular do Campo, que integra as lutas e práticas dos movimentos sociais, articulando as especificidades do mundo rural com os princípios da Educação Popular, como a emancipação, a solidariedade e a transformação social. Essa proposta fundamenta-se na crítica ao modelo de educação tradicional, denunciado por Paulo Freire, e valoriza os saberes locais, as práticas culturais e as demandas dos sujeitos do campo.

Fruto dessas lutas, o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciado em 2014, representa uma resposta significativa às demandas por formação docente comprometida

com a valorização do campo como espaço de vida, trabalho e aprendizado. O EduCampo destaca-se por adotar no seu currículo teórico-metodológico na perspectiva da pedagogia da alternância, que integra períodos de formação teórica na universidade, com práticas pedagógicas nas comunidades rurais. Assim, o projeto curricular do curso foi desenhado a partir de eixos temáticos e temas transversais organizados em temas geradores, nos quais as atividades de ensino, extensão e pesquisa são articuladas. (UFRGS, 2013)

Ao celebrar os 10 anos do EduCampo, este artigo busca analisar a implementação e os impactos das práticas pedagógicas adotadas pelo curso, com destaque para a Educação Popular, o regime de alternância e a interdisciplinaridade. Pretende-se aprofundar a compreensão sobre como essas iniciativas contribuem para a formação de professores comprometidos com a valorização dos saberes locais, a promoção da justiça e inclusão social.

Análise Documental: Educação Popular no PPC da EduCampo – Ciências da Natureza.

A análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) revelou a centralidade da Educação Popular como fundamentação teórica e metodológica. Esse enfoque é notável tanto na organização curricular quanto na bibliografia e nos objetivos formativos do curso, demonstrando a preocupação com uma prática educativa crítica e transformadora, especialmente em contextos rurais.

O currículo do curso articula explicitamente a Educação Popular em pelo menos quatro disciplinas principais:

1. **Educação Popular na Perspectiva do Campo** - Essa disciplina destaca a trajetória histórica e pedagógica da Educação Popular, relacionando-a diretamente com a Educação do Campo. Além disso, aborda experiências práticas e a organização comunitária como elementos centrais para a formação docente.

2. **Educação Contemporânea: Currículo e Didática** - Explora o planejamento pedagógico e as bases teóricas da Educação Popular, especialmente as contribuições de Paulo Freire. A abordagem foca na construção de um currículo crítico, contextualizado e em diálogo com as comunidades.

3. **Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)** - Concentra-se em práticas inspiradas nas concepções freireanas de emancipação. Esta disciplina reforça a integração entre

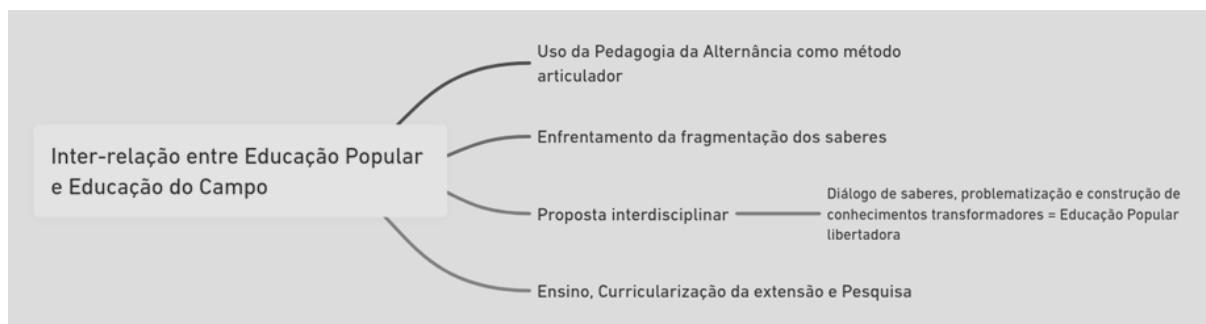
teoria e prática em contextos formais e não formais de ensino.

4. **Práticas Freireanas na Educação em Ciências da Natureza** - Dedicar-se à aplicação das metodologias freireanas na formação docente, promovendo práticas educacionais contextualizadas e interdisciplinares.

A Educação Popular é apresentada no PPC como um princípio norteador para a prática docente, especialmente no que diz respeito à formação interdisciplinar, ao diálogo com saberes locais e à construção de uma educação emancipadora. O curso adota a pedagogia freireana como eixo teórico-metodológico, alinhando-se às necessidades das comunidades rurais e às diretrizes políticas para a Educação do Campo.

A imagem a seguir apresenta um mapa conceitual que ilustra a inter-relação entre Educação Popular e Educação do Campo, destacando elementos centrais dessa conexão que a Pedagogia da Alternância e a interdisciplinaridade.

Figura 1 Mapa conceitual que ilustra a inter-relação entre Educação Popular e Educação do Campo



Fonte: dos Autores

A análise do PPC (UFRGS, 2013 e 2018) também identificou a utilização de bibliografias clássicas e contemporâneas da Educação Popular, com destaque para Pedagogia do Oprimido (Freire, 1987) e Pedagogia do Compromisso (Freire, 2018) , referências centrais em várias disciplinas, evidenciando a influência freireana na concepção pedagógica do curso. Também, Miguel Arroyo (2011), Roseli Caldart e Mônica Molina (2002) que propõe uma abordagem crítica e transformadora para a educação em territórios rurais.

A pesquisa documental confirma que o curso valoriza a Educação Popular como práxis no processo de formação docente em contextos rurais. O PPC (UFRGS, 2013) destaca-se por integrar teorias críticas, como a pedagogia freireana, à prática educativa, promovendo uma formação alinhada aos princípios de justiça social e valorização das comunidades do campo.

Essa estrutura curricular permite que os futuros professores desenvolvam competências

interdisciplinares, dialoguem com as realidades locais e atuem como agentes de transformação social, reafirmando a relevância da Educação Popular na formação de educadores para contextos historicamente marginalizados.

Da Pedagogia da Alternância ao Tempo Comunidade

A pedagogia da alternância não se refere somente ao tempo/espaço do estudo/trabalho como metodologia, mas como forma e conteúdo no qual se desenvolve a aprendizagem nos diversos espaços educativos para que o estudante construa sua autonomia. Bachelard (1994) “compreende a alternância como formação em tempo pleno, com uma escolarização parcial” (p. 34). E questiona com que perspectiva de sociedade e de educação ela está associada? Nessas condições, em se tratando de Educação do Campo, não se pode restringir apenas a escolaridade, mas estar associada a Reforma Agrária Popular e a um Estado democrático, com políticas públicas para os camponeses, numa aliança campo/cidade. A ideia básica da Pedagogia da Alternância, expressa um compromisso político bem preciso: rejeita a discriminação dos sujeitos e da cultura do campo, embasa o processo educativo na responsabilidade fundamental da família e comunidade. Esses aspectos relacionados com a sociedade respondem ao desafio da educação que alterne espaços/tempos para além da forma tradicional:

A constituição do modo de socialização escolar como modo de socialização dominante e tendencialmente hegemônico supôs a desvalorização dos modos de socialização anteriores o que, ainda que parcialmente, ajuda a compreender por que razão a escola nasceu historicamente em ruptura com os saberes locais (Canário, 2008, p. 40).

É esta ruptura que está na origem das dificuldades de inserção social da educação escolar, relacionada com a questão da atividade pedagógica se situar fora do tempo/espaço histórico do grupo na qual se situa. Essa divisão escolar reforça a hierarquia econômica, política e cultural da sociedade. As desigualdades de acesso em matéria escolar identificam-se com a segregação residencial, com os tempos trabalho/educação escolar, bem como as diferenças entre capital/interior, cidade/campo. Aqui a pedagogia da alternância não se refere somente ao tempo/espaço do estudo/trabalho como método, mas como estratégia que desenvolve a aprendizagem nos diversos espaços educativos no qual o estudante constroi sua autonomia. Numa prática inovadora que desafia a desenvolver o curso enquanto conjuntos de saberes que se articulam entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, tendo a pesquisa como mediadora entre os dois processos. Ou ainda, uma formação pedagógica que procura articular

os espaços/tempos no processo de formação em sua totalidade. Nesse contexto, professores e alunos são construtores do fazer pedagógico que está em disputa na sociedade.

O curso e sua relação com a alternância

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciência da Natureza/UFRGS, destina 1400 horas da carga total para o Tempo Comunidade e possibilita a vivência de sete Tempos Comunidades. Cada Tempo Comunidade equivale a 110 horas de trabalho por parte dos estudantes. Nesse contexto consideramos 70% da carga horária do curso vinculada ao Tempo Universidade e 30% da carga horária ao Tempo Comunidade, possibilitando articulações entre teoria e prática. A carga horária do Tempo Comunidade será integralizada nas atividades planejadas pelos professores, estudantes no Tempo Universidade (UFRGS, 2013). E estas serão orientadas pelos professores que farão visitas in loco e acompanharão os trabalhos nos espaços educativos com o uso de ambientes virtuais de aprendizagem. Neste sentido, o planejamento de cada semestre é feito pelo grupo de professores que atuará nas etapas do curso de modo colaborativo e participativo. O Tempo Comunidade não pode ser um apêndice das aulas no Tempo Universidade, e, sim, parte orgânica dos componentes curriculares que se constituem na relação dialética entre teoria e prática.

As atividades previstas para serem realizadas no Tempo Comunidade são: Projetos de Trabalho, o Estágio Supervisionado, a Prática de Formação e as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. Essa prática de formação e o estágio supervisionado constituem-se como espaços de integração teórico-prática do currículo e instrumento de (re) aproximação do aluno cursista à realidade social, econômica e pedagógica do trabalho educativo que acontece nas comunidades camponesas. Tais atividades devem ser vivenciadas ao longo do curso, em espaço educativo escolar e não escolar, garantindo a inserção do estudante, ou futuro professor, no contexto profissional. (UFRGS, 2013, 2018, 2024).

Para tanto enfatizamos alguns instrumentos que são utilizados nos processos de alternância: a) Caderno de Realidade (Memorial): ao situar o tema gerador coloca-se as questões em comum, como a realidade familiar, escolar, social e profissional. Após a pesquisa, registram-se as constatações e reflexões durante o processo de formação no tempo universidade. b) Plano de Estudo e ação: onde a pesquisa participativa é realizada no meio cultural, sistematizada e ampliada nas escolas do campo através de diferentes atividades de formação, sínteses de diversos conteúdos curriculares, inventários e projeto profissional. c) Visitas de

Estudo: são um complemento no debate e aprofundamento de um tema específico. São realizadas em um empreendimento agrícola, agroindustrial, cooperativas, instituições de serviços etc., no sentido de entender os limites e desafios da futura atuação profissional. O professor, ao refletir sobre sua própria prática, estabelece avanços no seu fazer docente. Um dos limites do curso refere-se às turmas futuras que não terão recursos e estrutura para desenvolver a alternância, o que compromete a qualidade do projeto. Esses são alguns aspectos que se encontram no horizonte da dinâmica da alternância como elemento organizador do currículo do curso.

Interdisciplinaridade: Ensino, Pesquisa e Extensão

A proposta pedagógica do EduCampo é interdisciplinar, abordando conhecimentos das Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Agrárias e Ciências Humanas por meio de situações-problema reais e temáticas orientadoras. Essa metodologia de ensino não apenas promove a formação técnica e pedagógica, mas também estimula o protagonismo dos estudantes e a valorização dos saberes locais, alinhando-se aos princípios da Educação Popular. Com base em Dalmolin (2020, p.121), compreendemos a:

(...) interdisciplinaridade como um processo educativo e coletivo, que epistemologicamente balizado, sociologicamente construído e pedagogicamente organizado, articula campos do conhecimento, disciplinas, especialistas legitimados pela academia e especialistas reconhecidos pelo saber tradicional e popular, em prol da compreensão e transformação do mundo vivido, seja via Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão ou na relação indissociável entre eles.

O curso EduCampo da UFRGS articula, de forma interdisciplinar, teoria e prática por meio do regime de alternância, que promove a integração entre o Tempo-Universidade e o Tempo-Comunidade. Essa organização curricular possibilita o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais das comunidades camponesas, alinhando-se aos princípios da Educação Popular. Compreendida como Paulo Freire (2018, p.190) reafirma em 1992, quando concede uma entrevistas a Boris Bezamaum⁶, que é necessário um currículo interdisciplinar nas escolas para possibilitar uma compreensão “global da realidade, em lugar de uma visão compartimentada e fragmentada”. Em nosso caso, a interdisciplinaridade no

⁶Paulo Freire concedeu entrevistas a Boris Bezama para a revista Educación durante sua visita ao Chile, a primeira desde o regime de Pinochet, após ter vivido exilado no país.

Dimensões Docentes, Porto Alegre, n. 3, v.1, p. 04-30, 2025

EduCampo é a base para a construção de projetos pedagógicos que valorizam as especificidades locais e promovem a transformação social. Essa abordagem reafirma o compromisso do curso com a formação crítica e emancipadora, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a inclusão das populações do campo.

Além disso, a integração curricular entre ensino, pesquisa e extensão possibilita uma abordagem prática que contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo. O curso da EduCampo reafirma seu compromisso com as políticas públicas de Educação do Campo, como PRONACAMPO e PROCAMPO, consolidando-se como uma iniciativa que promove a inclusão social e a emancipação das populações rurais por meio da educação.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi elaborado para execução em uma perspectiva interdisciplinar. O projeto curricular do curso foi desenhado a partir de eixos temáticos e temas transversais organizados em temas geradores, nos quais as atividades de ensino são articuladas, incluindo a possibilidade de docências compartilhadas ao longo de todo o curso (UFRGS, 2024) Nesse sentido, em cada etapa as atividades de aprendizagem são trabalhadas nos tempos universidade e comunidade de forma interdisciplinar, compreendendo a pesquisa como princípio educativo (Freire, 1987) "capaz de aproximar a dinâmica teoria/prática, onde investigar é atuar sobre a realidade que torna-se práxis (p.98). O desafio é re-situar a pesquisa como elemento articulador do processo de ensino e caminho profícuo para estabelecer relações/ligações entre as várias áreas do conhecimento por meio de temas geradores que permeiam o curso, como: pesquisa como princípio educativo, territorialidade, sucessão familiar, gênero, etnia, docência como prática social e direitos humanos.

A relevância da pesquisa temática proposta centra-se principalmente na reflexão conjunta entre os sujeitos que integram o curso de Educação do Campo. Assim como a possibilidade de aprofundamento a partir da realidade contemporânea nas escolas do campo, alicerçada em bases epistemológicas da educação e sociedade. Numa prática inovadora capaz de pensar a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão no Tempo Universidade com o Tempo Comunidade. Outro aspecto a ser questionado origina-se nos limites entre as diferentes disciplinas e a organização do conhecimento, numa perspectiva de unificação do saber. Ao analisar essa questão, Freitas (2006) identifica que, devido à intensa dependência entre ciência, tecnologia e as relações de produção capitalista, a afirmação da interdisciplinaridade na atualidade está mais a serviço dos processos produtivos do que do avanço científico. É um alerta

para o esvaziamento de diversos conceitos como: democracia, participação, que estão sendo apropriados pela reestruturação capitalista pós-moderna e perdem sua vitalidade original. Por fim, corrobora que a interdisciplinaridade consegue centralidade para o desenvolvimento científico quando assimilada ao materialismo histórico dialético, por meio da categoria totalidade.

Mesmo com a consolidação de projetos pedagógicos que assumem, metodológica e epistemologicamente, a intradisciplinaridade, observamos, ainda, um certo predomínio de práticas fragmentadas. A questão que emerge se relaciona com a dimensão do saber-poder: que tipo de conhecimento validar? Que educando estamos formando? Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (Ufrgs, 2019) a "formação de educadores por área de conhecimento, na perspectiva deste curso, almeja que os docentes egressos contribuam significativamente na superação da disciplinarização dos saberes" (p. 4).

A formação por área do conhecimento nos desafia a abertura dialógica entre os diferentes saberes no processo de construção do projeto pedagógico que visa práticas pedagógicas multidisciplinares. Onde o objeto de estudo não é um fenômeno isolado, mas articulado nas várias dimensões do conhecimento, o todo compreendido na relação com suas partes. No entanto, práticas interdisciplinares têm sido suficientes para estabelecer uma visão de totalidade do saber popular, escolar e científico que o projeto do curso aponta no horizonte?

Análise dos documentos

A análise documental dos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo), da UFRGS, nos anos de 2013 e 2018, foi orientada por três categorias analíticas: (1) Educação Popular como fundamento político-pedagógico; (2) Pedagogia da Alternância como eixo estruturante do currículo; e (3) Interdisciplinaridade como princípio organizador do conhecimento e da prática docente mediada por metodologias participativas. Tais categorias derivam dos objetivos da pesquisa e respondem às seguintes questões norteadoras: como a Educação Popular é incorporada à formação de professores? De que maneira a Pedagogia da Alternância estrutura os tempos formativos? E como a interdisciplinaridade contribui para a articulação entre teoria e prática no contexto do campo?

O EduCampo baseia-se em uma proposta formativa ancorada no regime de alternância, articulando o Tempo-Universidade (formação teórica intensiva no campus) e o Tempo-
Dimensões Docentes, Porto Alegre, n. 3, v.1, p. 04-30, 2025

Comunidade (imersão territorial e desenvolvimento de práticas junto às comunidades rurais). Esta organização visa romper com a dicotomia teoria-prática, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento acadêmico e os saberes locais. Trata-se de uma estratégia político-pedagógica que busca formar docentes capazes de atuar como sujeitos históricos transformadores.

A análise documental foi desenvolvida a partir de uma leitura crítica e interpretativa dos PPCs, considerando o entrelaçamento entre práticas formativas e os fundamentos teóricos do curso. A seguir, apresentam-se os principais achados em cada uma das três categorias:

- a) **Educação Popular como Fundamento Político-Pedagógico** - A Educação Popular manifesta-se nos documentos tanto de forma explícita quanto implícita. No plano explícito, os PPCs referenciam diretamente as práticas freirianas, os temas geradores e a construção coletiva do saber, ancorando-se nos princípios da escuta, do diálogo e da problematização da realidade. No plano implícito, observa-se a centralidade atribuída à valorização dos territórios e das lutas sociais dos sujeitos do campo, reconhecendo sua cultura e seus saberes como elementos formativos. Tais aspectos revelam o compromisso político-revolucionário da proposta, conforme Freire (2018, p. 127).

A presença do diálogo de saberes nos currículos e a inserção dos educandos nos espaços comunitários expressam práticas coerentes com a Educação Popular. A esse respeito, a fala de Freire em entrevista realizada no Paraguai em 1992, rememora a relevância do envolvimento dos intelectuais na escuta e valorização do saber popular: “[...] além de dar aulas de Física, aulas de Astronomia em cursos universitários de pós-graduação, discutem com o povo, pesquisam seus níveis de saber, como o povo conhece, como eles sabem” (FREIRE, 2018, p. 239-240).

- b) **Pedagogia da Alternância como Eixo Estruturante** - O regime de alternância é o principal eixo articulador do currículo e estrutura a vivência dos licenciandos entre dois espaços-tempos interdependentes: o Tempo-Universidade e o Tempo-Comunidade. Essa alternância qualifica o percurso formativo ao permitir que os educandos desenvolvam práticas pedagógicas em diálogo com os desafios e as potências de seus territórios.

A institucionalização dos Núcleos Comunitários como espaços de formação e extensão, em parceria com prefeituras e organizações locais, representa uma estratégia concreta para

aprofundar esse processo. Conforme Dalmolin (2020), tal dinâmica amplia o alcance formativo e reconhece os contextos comunitários como legítimos espaços de produção do conhecimento. O PPC orienta esse movimento com base em uma pedagogia que favorece o protagonismo, a reflexão crítica e a transformação das realidades locais, articulando formação acadêmica e compromisso social.

- c) **Interdisciplinaridade como diálogo entre saberes na busca de construir um conhecimento transformador** - A interdisciplinaridade, presente como diretriz organizativa do currículo, opera tanto na estrutura dos componentes formativos quanto nas práticas de ensino-aprendizagem a partir do diálogo de saberes. No eixo das Ciências da Natureza, ela busca superar a fragmentação disciplinar e construir uma abordagem integrada, capaz de responder aos desafios complexos do campo. Essa concepção está estreitamente vinculada à lógica da alternância e na concepção da Educação Popular transformadora, pois a imersão nos territórios demanda a mobilização de diferentes saberes para a interpretação e intervenção contextualizada.

Na prática, a interdisciplinaridade se expressa na docência compartilhada, no planejamento coletivo e no uso de temas geradores vinculados à realidade camponesa. A construção do conhecimento transformador passa a ser compreendida como processo coletivo e situado, o que reforça a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em consonância com os princípios da Educação Popular.

Como destaca Carrillo (2024), a centralidade da participação e das metodologias dialógicas fortalece o caráter emancipador do currículo. Essa perspectiva está refletida na intencionalidade do curso em articular formação docente com agroecologia, sustentabilidade socioambiental e justiça social, consolidando o EduCampo como um projeto formativo enraizado nas lutas do campo.

Considerações finais

A análise documental dos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (EduCampo/UFRGS) evidencia uma proposta formativa comprometida com as demandas históricas das populações camponesas por uma educação pública, crítica e socialmente referenciada. Estruturado sobre três fundamentos teórico-

metodológicos - Educação Popular, Pedagogia da Alternância e interdisciplinaridade - o curso se consolida como uma experiência inovadora no campo das políticas de formação docente voltadas para o meio rural.

No que se refere à Educação Popular, o PPC expressa seu papel transversal na arquitetura curricular e na prática pedagógica, especialmente nas disciplinas voltadas à valorização dos saberes locais e à formação crítica dos educadores. A influência freiriana é perceptível tanto nas escolhas curriculares quanto nas metodologias empregadas, com destaque para o diálogo de saberes como princípio orientador da relação entre universidade e território. A centralidade desse eixo se confirma na forma como o curso propõe a construção coletiva do conhecimento, integrando sujeitos, contextos e práticas educativas enraizadas na realidade do campo.

A Pedagogia da Alternância é incorporada como estratégia político-pedagógica que permite a superação da dicotomia entre teoria e prática. A alternância entre Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade organiza o tempo formativo em diálogo com os ciclos da vida camponesa, viabilizando uma formação contextualizada e vinculada às realidades locais. A criação dos Núcleos Comunitários, em parceria com prefeituras e organizações territoriais, fortalece essa proposta ao descentralizar a formação e aproximar universidade e comunidade, transformando os territórios em espaços pedagógicos legítimos.

Quanto à interdisciplinaridade, ela emerge como princípio articulador do currículo, superando a fragmentação dos saberes e promovendo a construção integrada do conhecimento. Essa perspectiva se materializa na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na docência compartilhada e na proposição de temas geradores que orientam as práticas pedagógicas. A interdisciplinaridade, nesse contexto, não é apenas uma diretriz organizativa, mas um compromisso com a complexidade dos fenômenos que atravessam os territórios do campo e com a formação integral dos sujeitos.

Os *Núcleos Comunitários*, o regime de alternância e a interdisciplinaridade reforçam a relevância do EduCampo na consolidação de uma educação do campo crítica, transformadora e emancipadora, alinhada aos princípios da Educação Popular e às necessidades históricas e contemporâneas do Brasil rural.

Apesar dos avanços, permanecem desafios que requerem atenção contínua, como o aprofundamento da integração entre universidade e comunidade, a consolidação de práticas pedagógicas verdadeiramente emancipatórias e a resistência às lógicas neoliberais que tendem

a reduzir a educação a uma função instrumental. Avaliar até que ponto o curso tem conseguido sustentar sua intencionalidade política e pedagógica é fundamental para a continuidade e o aprimoramento da proposta.

Ao completar dez anos, o EduCampo/UFRGS reafirma sua relevância como uma política pública de formação docente voltada para o campo, fortalecendo práticas educativas comprometidas com a justiça social, a diversidade cultural e a transformação das realidades rurais. O diálogo entre Educação Popular, Pedagogia da Alternância e interdisciplinaridade projeta o curso como referência nacional na construção de uma Educação do Campo crítica e emancipadora, enraizada nas lutas e nos saberes das comunidades camponesas brasileiras.

Referências

APPLE, Michael W. *A educação pode mudar a sociedade?* Tradução de Jilá Loman. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BACHELARD, Paul. *Apprentissage et pratiques d'alternance*. Paris: Editions L'Harmattan, 1994.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Pública, Educação Alternativa, Educação Popular e Educação do Campo: Caminhos e Convergências, Desvios e Divergências*. [s.d.1]. Disponível em: <https://www.apartilhadavida.com.br>. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular, Educação do Campo e o Desafio do Diálogo. A partilha da vida. [s.d.2]. Disponível em: <https://www.apartilhadavida.com.br>. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação Popular Antes e Agora: Algumas lembranças para recordar os dias de ontem*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.apartilhadavida.com.br>. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: *institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Diário Oficial da União, 9 abr. 2002.

BRASIL: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, 2020.

CEDI. *Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, abril de 1982. (Cadernos do CEDI, n. 10).

CALDART, Roseli Salete. *Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2023.

CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

CANARIO, Rui. Escola rural: de objeto social a objeto de estudo. In. *Revista do Centro de Educação*. UFSM, Vol.33, n.1, p.33-42, 2008.

CARRILLO, Alfonso Torres. *Educação Popular : Trajetória e Atualidade*. Porto Alegre: Livrologia, 2024.

DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira. *À sombra deste Jacarandá: articulações entre Ciências da Natureza e Educação do Campo na formação docente*. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

DAMASCENE, Alberto. *Do popular na escola pública: A escola pública popular*. In: DAMASCENE, Alberto et al. *Educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988. p.234-247.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas, Papirus, 2006.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LAVOR, Gardênia Moura de; ANDRADE, Marcos Vinícius; PAZ, Fábio Soares da. Educação do Campo: contribuições das metodologias ativas no âmbito do Programa Residência Pedagógica. *Revista Cocar*, Belém, v. 21, n. 39, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://revistacocar.com>. Acesso em: 30 dez. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, Silvia. *Educação Popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci*. In: BRANDÃO, Carlos et al. *A questão política da Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.40-61.

MOLINA, Mônica Castagna; CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge. *Por uma educação do campo: desafios e perspectivas*. Brasília: MEC, 2002.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação básica do campo. In: CALDART, Roseli Salete (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 239-246.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). In: CALDART, Roseli Salete (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 483- 488.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade*. 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Aulas com cartas pedagógicas: Educação Popular e educadores sociais*. Porto Alegre: Livrologia, 2023.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Os 20 anos da II Conferência Nacional da Educação do Campo e a batalha cultural no campo, na educação e nas políticas públicas, pela garantia de direitos. *Revista Cocar*, ed. esp., n. 33, p. 1-18, 2024.

SILVA, Maria de Lourdes do Nascimento; SANTOS, Maria Conceição dos; SILVA, Raquel do Nascimento. Docência na Educação do Campo: direitos, prática pedagógica e resistência na escola pública. *Revista Cocar*, Belém, v. 33, p. 1-17, ed. esp., 2024.

SILVA JÚNIOR, Dilmar Rodrigues da. Interação entre escola e família: desafios e possibilidades na alfabetização de classes multisseriadas na educação do campo. *Revista Cocar*, Belém, v. 21, n. 39, p. 1-17, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto Pedagógico do Programa Especial de Graduação da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (Turma 6)*. Porto Alegre: FAGED/FAGRO/UFRGS, ago. 2024.

XAVIER, Maria do Socorro. *Os movimentos sociais cultivando uma Educação Popular do campo*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educação Popular e processo de democratização. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (ORG). *A questão política da educação popular*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

ZITKOSKI, Jaime José. Contextos emergentes na licenciatura do campo da UFRGS:
Dimensões Docentes, Porto Alegre, n. 3, v.1, p. 04-30, 2025

PAULO, F.; LOPES, D.; DALMOLIN, A.
Formação de professores na perspectiva da Educação Popular interdisciplinar e alternante: uma
análise documental da Educampo/UFRGS

refletindo sobre a docência numa perspectiva interdisciplinar. In: FRANCO, Maria Estela Dal
Pai et al. (org.). *Educação superior e contextos emergentes na publicação*. Porto Alegre:
EDIPUCRS, 2016. p. 297-312.

Recebido em: 26 mar. 2025.
Aprovado em: 08 ago. 2025.

Revisor(a) de língua portuguesa: a autora
Revisor(a) de língua inglesa: a autora
Revisor(a) de língua espanhola: a autora